



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

**LICENCIAMENTO AMBIENTAL - AUTORIZAÇÃO GERAL Nº 024/2022**

A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, criada pela Lei Municipal nº 2520 de 06/04/2005, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal complementar nº 140 de 08/12/2011 que define cooperação entre União, Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativa à proteção do meio ambiente, expede a **LICENÇA AMBIENTAL 024/2022** para a atividade de **OBRAS DE URBANIZAÇÃO, INSTALAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS DE BASALTO, SINALIZAÇÃO, CALÇAMENTO DE PASSEIO PÚBLICO, MEIO-FIO, E INSTALAÇÃO DE REDE DE DRENAGEM PLUVIAL** conforme processo nº 024/2022, nas condições e restrições abaixo especificadas.

**I - IDENTIFICAÇÃO:**

**EMPREENDEDOR:** Prefeitura Municipal de Sobradinho  
**CPF/CNPJ:** 87.592.861/0001-94  
**ENDEREÇO:** Rua General Osório, nº 200, Centro  
**MUNICÍPIO:** Sobradinho - RS  
**CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE:** OBRAS DE URBANIZAÇÃO, INSTALAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS DE BASALTO, SINALIZAÇÃO, CALÇAMENTO DE PASSEIO PÚBLICO, MEIO-FIO, E INSTALAÇÃO DE REDE DE DRENAGEM PLUVIAL  
**LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE:** Zona Urbana, Arruamento Urbano, Linha Quinca.  
**Ramo da Atividade (CODRAM):** 3457,20  
**Potencial Poluidor:** Médio  
**Área Total Pavimentação:** 5.568,40 m²  
**Área Total Rede Pluvial:** 574,00 m

**II - Condições e Restrições:**

**1. Quanto à Autorização:**

- 1.1. cópia desta Autorização deve permanecer no local da obra;
- 1.2. em caso de acidente ou incidente com risco de danos ao meio ambiente, a administração municipal e equipe de supervisão ambiental deverão atender e mitigar o ocorrido com efetiva supervisão do responsável técnico;
- 1.3. este documento licenciatório não é renovável, ou seja, contempla e defere somente a execução de atividades por um prazo máximo de 1 (Um) ano a partir da data de emissão;

**2. Quanto ao Empreendimento:**

- 2.1. este documento defere a execução de obras de implantação de pavimento com a Instalação De Pavimentação Com Pedras De Basalto
- 2.2. as obras propostas de implantação do pavimento nos arruamentos urbanos deverão obedecer às especificações técnicas, memorial descritivo, e planta apresentadas, com efetivo acompanhamento do responsável técnico;
- 2.3. o material mineral utilizado na obra deve ser proveniente de locais devidamente licenciados pelo órgão ambiental competente e com Licença de Operação em vigência;
- 2.4. não poderá ser utilizado material mineral (fragmentos/seixos rolados) oriundo do curso d'água objeto do empreendimento, ou de qualquer outra área de preservação permanente;
- 2.5. o material excedente (bota-fora) deverá ser disposto em local adequado, de acordo com as normas ambientais vigentes;
- 2.6. o local do empreendimento deverá receber sinalização de segurança e ambiental, na fase de obras;
- 2.7. às obras deverão receber efetivo acompanhamento do responsável técnico Engenheiro Civil Dieisson Colombelli Bridi nº176530 CREA-RS.







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

---

**3. Quanto aos Resíduos Sólidos e uso de óleos lubrificantes:**

- 3.1. os resíduos oriundos das obras deverão ser destinados a locais devidamente licenciados;
- 3.2. não poderão ser utilizados áreas de preservação permanente, nascentes ou locais próximos aos recursos hídricos, considerando o seu leito maior sazonal, para descarte de bota-fora;
- 3.3. deverá ser realizada a devolução voluntária das embalagens plásticas de óleos lubrificantes adquiridos em ponto de compra no comércio varejista, sendo ponto de coleta dos fornecedores imediatos (atacadista/fabricante), para que realizem a coleta das embalagens plásticas pós-consumo;
- 3.4. à lavagem de veículos, máquinas e equipamentos, deverá ser realizada em áreas dotadas de piso impermeável com drenagem para caixa separadora água/óleo;

**4. Quanto à Cobertura Vegetal e área de preservação permanente (APP):**

- 4.1. está licenciada a intervenção em vegetação rasteira (herbácea) na área de influência direta do empreendimento (leito do arruamento), visando à movimentação de material rochoso (solo/terrapleno) para execução de obras de pavimentação, em conformidade com a Lei Estadual nº 9.519/1992, Lei Estadual nº 11.520/2000, Decreto Estadual nº 35.355/1998 e Portaria nº 023/2008 SEMA-RS;
- 4.2. não está licenciada a supressão de vegetação nativa e/ou corte de exemplares de espécies nativas de porte arbóreo (DAP > 8,0cm) na área de influência direta do empreendimento, de acordo com Projeto técnico apresentado;
- 4.3. não está licenciada a intervenção, supressão de vegetação ou corte de exemplares nativos (DAP maior que 8,0cm) em área de preservação permanente (APP);
- 4.4. não está licenciado o corte ou supressão de exemplares protegidos por Lei, constante nas Listas Oficiais da flora protegida;
- 4.5. se houver necessidade de supressão de vegetação ou corte de exemplares nativos, deverá ser solicitado à FEPAM a adequação de manejo florestal por meio de requerimento com protocolo de juntada ao presente Processo, sendo necessário apresentar justificativa técnica com memorial fotográfico, Projeto de Supressão e Reposição florestal, ART, taxa FUNDEFLO, taxa de atualização de documento licenciatório (FEPAM) e demais informações pertinentes;
- 4.6. não está licenciado modificações ou retificação de cursos d'água situados na área de influência direta do empreendimento;
- 4.7. não está licenciada a intervenção em área de preservação permanente, de acordo com Resolução nº 369/2006 do CONAMA, em conformidade com a Lei Federal nº 4.771/1965 e Lei Estadual nº 11.520/2000

**5. Quanto à Preservação e Conservação Ambiental:**

- 5.1. aconselha-se a implantação de Projeto de Arborização Urbana, visando contribuir para beleza cênica do local;
- 5.2. está proibida a utilização de fogo e de processos químicos para todas as formas de intervenções na vegetação nativa, em qualquer fase de implantação do empreendimento, em conformidade com a Lei Estadual nº 9.519/1992 e Lei Estadual nº 11.520/2000;
- 5.3. deverão ser preservados os exemplares nativos imunes ao corte ou ameaçados de extinção, conforme Lei Estadual Nº 9.519 de 06/07/92 (Código Florestal Estadual) e Decreto Estadual Nº 42.099/2002 (Listada Flora Nativa ameaçada de extinção no Rio Grande do Sul);

**6. Quanto à Supervisão Ambiental:**

- 6.1. as obras de implantação do empreendimento deverão ter supervisão ambiental a ser efetuada por técnicos devidamente habilitados;
- 6.2. deverá ser protocolado após o término das obras, no prazo de 1 (UM) ANO a partir da emissão deste licenciamento, como juntada ao Processo administrativo nº 1193/2017, o Relatório Técnico de Situação Ambiental contendo descrição das atividades executadas, memorial fotográfico, destinação final de todos os resíduos gerados na obra, e descrição das medidas adotadas durante a supervisão ambiental.





**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

Havendo alteração nos atos constitutivos, cópia da mesma deverá ser apresentada, imediatamente, ao Departamento de Meio Ambiente, sob pena do empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento.

Qualquer alteração significativa na atividade deverá ser informada a este departamento. Caso haja mudança significativa na atividade, descumprimento de alguma restrição contida acima ou mudanças na legislação ambiental ora em vigor, este documento poderá ser revisado e revogado por este departamento.

Este documento perderá a validade caso dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam à realidade.

Esta Declaração não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidas pela legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais.

Esta Declaração deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização.

**Data de emissão: Sobradinho, 28 de março de 2022.**

*Este documento licenciatório é válido para as condições acima 28/03/2022 a 28/03/2023.*



Marcos Trindade  
Diretor Meio Ambiente

